

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

Prefácio

Bruno Dantas

EXECUÇÃO FISCAL
ADMINISTRATIVA NO BRASIL
UMA PROPOSTA POSSÍVEL

Belo Horizonte

DEL REY
Del Rey

FCRUM
CONSEJO DE JURÍDICOS

2024

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Bruno Dantas	13
---------------------------	----

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO 1

DA EXECUÇÃO FISCAL NO BRASIL.....	23
-----------------------------------	----

1.1 Definição.....	23
1.2 Contextualização normativa	24
1.2.1 Decreto-Lei nº 960/38	25
1.2.2 Código de Processo Civil de 1973.....	26
1.2.3 Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80).....	28
1.3 Diagnóstico: dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça	33

CAPÍTULO 2

EXECUÇÃO FISCAL NO DIREITO COMPARADO.....	47
---	----

2.1 Países europeus	48
2.2 Países norte-americanos	56
2.3 Países sul-americanos.....	67
2.4 Tendência mundial à implantação de mecanismos de desjudicialização para cobrança de créditos públicos.....	71

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 5.080/2009 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO.....	75
--	----

3.1 Origem do projeto de Lei nº 5.080/2009	76
3.2 Aspectos gerais do projeto de Lei nº 5.080/2009	79
3.3 Razões e contrarrazões à aprovação do Projeto de Lei nº 5.080/2009..	89
3.3.1 Críticas ao PL nº 5.080/2009	90
3.3.2 Contrarrazões às críticas ao PL nº 5.080/2009	92

CAPÍTULO 4

UM NOVO PARADIGMA PARA A EXECUÇÃO FISCAL	105
4.1 Prerrogativas da Fazenda Pública	105
4.2 Proposta de um novo paradigma	111
4.2.1 Do princípio da eficiência	113
4.2.2 Novo paradigma para o Poder Executivo	115
4.2.3 Novo paradigma para o Poder Legislativo	116
4.2.4 Novo paradigma para o Poder Judiciário	119

CAPÍTULO 5

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA COMO PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	125
5.1 Propostas de inclusão de mecanismos inovadores ao PL nº 5.080/2009	125
5.1.1 Localização do executado	126
5.1.2 Localização de bens do executado.....	127
5.1.3 Sistema nacional de leilões	129
5.1.4 Controle de legalidade administrativo da inscrição em dívida ativa	129
5.1.5 Responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos	133
5.1.6 Capacitação e política remuneratória adequada para os agentes públicos.....	134
5.1.7 Possibilidade de aditamento da CDA e ajuizamento “inteligente”	136
5.1.8 Núcleos especializados para recuperação de grandes créditos	138
5.1.9 Normatização do uso da exceção de pré-executividade	138
5.1.10 Ampliação das prerrogativas da Fazenda Pública na cobrança de seus créditos	141
5.1.11 Cobrança de custas na execução fiscal administrativa	141
5.1.12 Previsão de cooperação entre os países membros de blocos econômicos	142
5.1.13 Instituição de Conselho e Código de Defesa do Contribuinte.....	142
5.1.14 Estabelecimento de metas de arrecadação	143
5.2 Outros meios alternativos à judicialização para satisfação do crédito tributário	144

CONCLUSÃO.....	151
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	157
------------------	-----